16:16 24%

política

PAINEL | Fábio Zanini

painel@grupofolha.com.br

Porta-voz

Lula deve definir ainda neste ano quem presidirá a COP 30, que ocorrerá em 2025 em Belém (PA). A decisão é importante para sinalizar as prioridades que o Brasil pretende defender na conferência, já que o presidente tem grande importância para ditar o ritmo dos trabalhos. Dois nomes surgem como possibilidades mais fortes: os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, responsável pela agenda da economia verde, e Marina Silva, do Meio Ambiente, que agradaria mais aos ambientalistas.

JUNTO E MISTURADO Uma possibilidade é Haddad e Marina dividirem o posto, sinalizando que o governo vê as agendas econômica e de preservação como unidas. Na COP 28, em Dubai, a escolha do presidente gerou polêmica. A escolha recaiu sobre o sultão Al Jaber, que comanda a empresa petrolífera local e chegou a questionar o aquecimento global.

DESFALQUE O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), cancelou sua presença na solenidade desta segunda (8) no Congresso Nacional para marcar o primeiro aniversário dos ataques golpistas à praça dos Três Poderes. O motivo, segundo sua assessoria, são problemas de saúde na família.

LEQUE Líder do PSD no Senado, Otto Alencar (BA) diz que veria com bons olhos a indicação do advogado Marco Aurélio Carvalho para o Ministério da Justiça. "Ele tem condições políticas e conhecimento jurídico para assumir a função", diz. Favorito do PT para a pasta, Carvalho tem ampliado seu apoio para partidos de centro que compõem a base de Lula.

QUEM AVISA AMIGO É O PSDB nacional não descarta intervir no diretório paulista caso o atual presidente, Paulo Serra, que comanda o partido de forma provisória, se negue a fazer uma convenção estadual em fevereiro. Novo presidente nacional tucano, Marconi Perillo enviou carta a ele dizendo que é preciso regularizar a situação. Aliados de Perillo afirmam que a determinação será seguida por bem ou por mal. Ou seja, se Serra não a cumprir voluntariamente, haverá intervenção.

LINHA VERMELHA Advogado do padre Júlio Lancellotti, o ex-deputado federal Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP) diz que adotará medidas jurídicas caso certos limites sejam ultrapassados, como calúnia, difamação ou ofensa à honra. Na sexta (5), o presidente da Câmara, Milton Leite (União Brasil), disse que recebeu denúncias graves contra o religioso e que pretende levá-las ao conhecimento do Vaticano.

MAROLA O ex-presidente Jair Bolsonaro foi a estrela de eventos do PL neste final de semana em Angra dos Reis (RJ), onde tem casa. O partido vive um racha na cidade. Bolsonaro filiou o empresário Renato Araújo à legenda e está bancando sua candidatura a prefeito em outubro. A decisão desagrada o atual chefe do Executivo local, Fernando Jordão (PL), que preferia indicar um aliado.

POLEGAR Mais cinco estados vão aderir à nova Carteira de Identidade Nacional nos próximos dias, elevando a 23 o número de unidades que a emitem. O novo RG mantém a separação dos nomes de registro e social e conta com lugar destinado para "sexo", apesar de o governo ter dito no ano passado que abandonaria esses campos. Agora, apenas Amapá, Bahia, Roraima e Pará não adotam o novo documento.

SUCESSORA Wilma, viúva do ex-deputado estadual Campos Machado, morto neste sábado (6), assumirá a presidência da SP Frente Cidadã, entidade suprapartidária que ele havia criado e à qual vinha se dedicando nos últimos anos. O pedido foi feito pelo próprio ex-parlamentar.

Com Guilherme Seto e Danielle Brant

Cláudio

GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL PLANO MENSAL	Digital Ilimitado R$ 29,90	Digital Premium R$ 39,90

EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa seg. a sáb.	dom.	Assinatura semestral* Todos os dias
MG, PR, RJ, SP	R$ 6,90	R$ 9,90	R$ 1.085,90
DF, SC	R$ 8	R$ 11	R$ 1.374,90
ES, GO, MT, MS, RS	R$ 8,50	R$ 12	R$ 1.729,90
AL, BA, PE, SE, TO	R$ 13	R$ 15,50	R$ 1.868,90
Outros estados	R$ 13,50	R$ 16,50	R$ 2.315,90

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
795.806 exemplares (novembro de 2023)

Militares seguem livres de responsabilização um ano após ataques de 8/1

Apesar de críticas de autoridades e pedido da CPI, altos oficiais das Forças Armadas ainda não foram atingidos por investigações

Soldados do Batalhão da Guarda Presidencial protegem o Palácio da Alvorada Pedro Ladeira - 17/jan.23/Folhapress

Fabio Victor, Cézar Feitoza e José Marques

SÃO PAULO E BRASÍLIA Oficiais da cúpula da Polícia Militar do Distrito Federal foram denunciados e presos sob acusação de conivência com os ataques do 8 de janeiro.

Quase 1.400 participantes diretos e indiretos das ações na praça dos Três Poderes tiveram destino semelhante. Os financiadores começaram a ser responsabilizados e cobrados, tanto pelo MPF (Ministério Público Federal) como pela AGU (Advocacia-Geral da União).

Já altos oficiais das Forças Armadas até o momento estão livres de responsabilização, apesar de vozes influentes dos Três Poderes considerarem que parte deles foi no mínimo omissa.

"Certamente há autoridades [das Forças Armadas] que de alguma forma incentivaram. Eu me lembro de uma frase do general Braga [Netto] dizendo para aqueles manifestantes que eles tivessem fé e portanto prometendo algum tipo de evolução, isso poucos dias antes desses desdobramentos", disse à **Folha** o ministro Gilmar Mendes, do STF (Supremo Tribunal Federal).

Tanto Gilmar como seu colega Alexandre de Moraes consideram que houve tolerância indevida da cúpula do Exército em relação ao acampamento em frente ao quartel-general da corporação, em Brasília, local de onde partiram e para onde voltaram os golpistas do 8 de janeiro.

"Eles não deveriam ter existido. Não faz sentido, de maneira nenhuma, pessoas se estabelecerem em frente a quartéis. Isso traz responsabilidade para todos os que admitiram", afirma Gilmar.

Para Moraes, a manutenção dos acampamentos "foi um erro muito grande". Em entrevista à **Folha**, o ministro contou que afirmou "várias vezes" a autoridades do governo anterior que os acampamentos não representavam "liberdade de expressão", como defenderam os então comandantes das Forças Armadas numa nota emitida em novembro do ano passado, depois da vitória de Lula (PT) sobre Jair Bolsonaro (PL).

"Isso não é permitido em nenhum lugar do mundo. Não há também, como se levantou à época, impunidade ou inviolabilidade nesses locais por serem locais militares. Obviamente que não. A administração é militar, mas os crimes praticados lá podem e devem ser combatidos pela polícia", disse Moraes, lembrando que acampamentos do tipo foram desmantelados em locais em que o Ministério Público ou a prefeitura solicitaram tal medida à Justiça.

"Manifestação na frente de quartel pedindo golpe militar, pedindo volta do AI-5, pedindo a quebra do regime democrático, pedindo o fechamento de Poderes, é crime. Isso o Supremo já pacificou. Agora o processo vai analisar a autoria de cada um", acrescentou o ministro, que é relator dos inquéritos do STF relativos aos ataques.

O subprocurador-geral Carlos Frederico Santos, responsável no Ministério Público Federal pelas primeiras denúncias do 8 de janeiro —com a recente mudança no comando da PGR (Procuradoria-Geral da República), ele entregou o cargo—, diz que a investigação em relação à suposta omissão dos militares das Forças Armadas é "mais complexa". Ele também criticou a condução das ações iniciais da Polícia Federal com o STF, à revelia do MPF.

"Nós não participamos diretamente das primeiras medidas tomadas em relação aos militares das Forças Armadas. O Ministério Público só foi notificado quando já estava tudo pronto", afirmou em relação ao depoimento simultâneo de 80 fardados em abril. "Não houve uma discussão prévia sobre uma estratégia de investigação a respeito desse tema. E deveria ter havido."

"Ouviram todos juntos, simultaneamente. Isso traz prejuízo para a investigação. Não temos pessoas suficientes para acompanhar todos os depoimentos. Facilitaria que a investigação tivesse sido fragmentada -primeiro ouvir os oficiais de base, depois ouvir oficiais superiores e depois ouvir os praças", comentou.

O único aborrecimento às Forças Armadas até aqui veio do relatório final da CPI do 8 de janeiro no Congresso Nacional, que pediu o indiciamento de 22 militares, entre eles nove oficiais-generais, sendo dois ex-comandantes (Freire Gomes, do Exército, e Almir Garnier, da Marinha).

A comissão, porém, não teve força política para tomar o depoimento de generais de quatro estrelas ligados a Bolsonaro, e em Brasília se desconfia dos efeitos práticos do relatório.

Tanto que a aprovação do relatório final da CPI representou um alívio para a cúpula do Exército, após dez meses sob tensão. A caserna vive agora seu momento mais pacífico, sem que investigações apontem para a responsabilização de militares de alta patente pelos fatos que culminaram nos ataques.

Apesar de a senadora Eliziane Gama (PSD-MA) incluir militares graúdos na lista de indiciados, a avaliação é de que a maioria deles tinha ligação direta com o ex-presidente Bolsonaro e as suspeitas estavam relacionadas à atuação deles com o ex-mandatário.

A expectativa atual no quartel-general do Exército, segundo generais ouvidos pela **Folha**, é a de que, com o cenário adverso revertido, a Força consiga se desvencilhar das consequências jurídicas dos processos sobre o 8 de janeiro.

O comandante do Exército, Tomás Paiva, agiu diretamente para garantir a estabilidade na caserna.

Ele marcou uma série de reuniões com o ministro Alexandre de Moraes, do STF, com o diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, com o presidente da CPI do 8 de janeiro, deputado Arthur Maia (União Brasil-BA), e outros políticos. Em todas as investidas, contou com o apoio do ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, que o auxiliou em alguns contatos.

A ofensiva do Exército ocorreu após a caserna ver acumularem notícias sobre as descobertas das suspeitas envolvendo o tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, e sua família.

Os militares se incomodaram que as revelações foram acompanhadas de operações da PF contra militares em dia de celebração do Exército, quando havia comemoração da Força ou anúncio importante para a caserna.

A ação de Tomás teve efeito. A PF adiou uma operação que mirava o general Braga Netto para não coincidir com as festividades do Dia da Independência, em 7 de Setembro, após os apelos feitos pelos militares a Andrei e Moraes.

Continua na pág. A6

LULA DIZ QUE 8/1 NÃO DEVE JAMAIS SER ESQUECIDO
Na véspera do aniversário de um ano dos ataques golpistas do 8 de janeiro, o presidente Lula (PT) disse que a data não deve jamais ser esquecida no país. Em declaração postada neste domingo (7) nas redes sociais, o líder do Executivo chamou de irresponsável a tentativa de golpe. "Jamais deveremos esquecer o dia 8 de janeiro de 2023. O dia que alguns irresponsáveis tentaram um golpe nesse país. Mas os três Poderes se sobressaíram e a democracia venceu. E, amanhã, quando completa um ano desse triste episódio, vamos gritar em alto e bom som: liberdade, liberdade, abra as asas sobre nós. E viva a democracia!", escreveu.